



ROBERTO CONSTRUTORA LTDA-EPP

CNPJ: 06.311.813/0001-89

INSC. EST. 12.511.345-5

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2024

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2024

A Empresa ROBERTO CONSTRUTORA LTDA pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos do processo. Neste ato representada, pelo signatário infra-assinado, devidamente qualificada no presente processo, denominada de recorrente.

RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa supracitada vem, perante V. Exa., interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO contra a equivocada decisão proferida por essa respeitável Comissão de Licitação que declarou a recorrente inabilitada para o certame, conforme adiante segue, rogando, desde já, seja a presente dirigida à autoridade que lhe for imediatamente superior, caso V. Exa. não se convença das razões abaixo formuladas e, *spont propria*, não proceda com a reforma da decisão ora atacada.

TEMPESTIVIDADE

É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, uma vez que a intimação para a Decisão Administrativa ora atacada se deu aos 05 (cinco) dias do mês de fevereiro. Sendo o prazo legal para a apresentação da presente medida recursal de 03 (três) dias úteis, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo recursal na esfera administrativa apenas se dará na data de 08 de fevereiro do ano em curso, razão pela qual deve essa respeitável Comissão de Licitação conhecer e julgar a presente medida.



ROBERTO CONSTRUTORA LTDA-EPP

CNPJ: 06.311.813/0001-89

INSC. EST. 12.511.345-5

DO CABIMENTO

A presente medida recursal é perfeitamente cabível, interposta em momento processual oportuno e em conformidade com os termos do art 165, I da lei nº 14133/21, sendo assim, atende a todos pressupostos de admissibilidade dos recursos, tanto intrínsecos quanto extrínsecos, portanto, devendo ter seu mérito apreciado, pelos fatos e fundamentos que se seguem.

DOS FATOS

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá – MA publicou nos órgãos de imprensa oficial, uma convocação às empresas interessadas, em participarem da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2024, visando selecionar a proposta mais vantajosa para REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUÁ/MA, conforme especificações constantes neste edital, no termo de referência, na planilha, cronograma, memorial descritivo e projeto.

A recorrente na fase de preços ofertou o menor preço para a execução dos serviços constantes no projeto básico. Após análise da proposta apresentada o douto agente de contratações desclassificou a proposta apresentada fundamentando assim sua decisão:

Senhores licitantes, após análise realizada pelo setor técnico de engenharia do município, o qual emitiu parecer técnico circunstanciando **a ausência de MEMÓRIA DE CÁLCULO** na proposta de preços adequada apresentada pela empresa ROBERTO CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 06.311.813/0001-89 em sede de convocação, resta a mesma DESCLASSIFICADA.

A decisão exarada foi destoante daquilo que versa o edital e merece ser reformada pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.



ROBERTO CONSTRUTORA LTDA-EPP

CNPJ: 06.311.813/0001-89

INSC. EST. 12.511.345-5

DA ILEGALIDADE DA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

I – DA FALTA DE FUNDAMENTO EDITALÍCIO

A decisão não traz qualquer **ITEM** do edital que fora desobedecido pela empresa recorrente. A desclassificação resultou de mero “ACHISMO” do setor técnico, que notadamente desconhece o edital.

O edital em momento algum traz em seu bojo a exigência de apresentação de memorial de cálculo. Vejamos:

6.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1.O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula; 6.1.2.Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência. Em caso de divergência entre as quantidades, descrições e especificações constantes do CATSER/SIASG e do Projeto Básico, prevalecem estas últimas;

6.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

6.3.Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4.Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5.O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.7.No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma da CONCORRÊNCIA, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

6.8.Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com o cadastro da proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.



ROBERTO CONSTRUTORA LTDA-EPP

CNPJ: 06.311.813/0001-89

INSC. EST. 12.511.345-5

É notório que não há qualquer exigência no edital para a obrigatoriedade da apresentação do memorial de cálculo, o que logo aduz-se não ser punível com a desclassificação.

Ao contrariar o edital e adotar condutas subjetivas, o douto pregoeiro fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

É imperioso destacar que o edital possui força vinculante entre a Administração Pública e os concorrentes, não podendo ser mudado ou descumprido.

Portanto, recai sobre a comissão o dever de aplicar o que foi exigido no edital, sob pena de ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

O edital, neste caso, torna-se lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado. Este mesmo princípio dá origem a outro que lhe é afeto, qual seja, o da inalterabilidade do instrumento convocatório.

Em sendo lei, o Edital com os seus termos atrelam tanto à Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto às concorrentes – sabedoras e cumpridoras do inteiro teor do certame apresentaram as referidas declarações.

Respeitar o princípio ora em destaque, trata-se de uma garantia à moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica.

No caso em tela, é solar a ausência de fundamentação para a desclassificação da proposta de preços da recorrente.

II – DA FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O agente público responsável pelas licitações e no exercício de suas funções seus atos são subordinados à lei.

A legalidade é uma das maiores garantias para os gestores frente o Poder Público. Ele representa total subordinação do Poder Público à previsão legal, visto que, os agentes da Administração Pública devem atuar sempre conforme a lei.



ROBERTO CONSTRUTORA LTDA-EPP

CNPJ: 06.311.813/0001-89

INSC. EST. 12.511.345-5

Como leciona Hely Lopes Meirelles:

a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

Seguindo esse raciocínio Henrique Savonitti Miranda, compara as atividades de um gestor privado (Princípio da Autonomia da vontade) as de um gestor público de forma esclarecedora:

O administrador privado conduz seu empreendimento com dominus, agindo com os poderes inerentes à propriedade em toda a sua extensão. Assim, tudo o que não é proibido, é permitido ao gestor privado. Diga-se, ainda, que o administrador privado pode inclusive conduzir ruinosamente seu empreendimento sem que muito possa ser feito por terceiros(...) O gestor público não age como “dono”, que pode fazer o que lhe pareça mais cômodo. Diz-se, então, que ao Administrador Público só é dado fazer aquilo que a lei autorize, de forma prévia e expressa.

Ainda para Hely Lopes Meirelles:

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza.

Na licitação, o Princípio da Legalidade possui atividade totalmente vinculada, ou seja, a falta de liberdade para a autoridade administrativa. A lei define as condições da atuação dos Agentes Administrativos, sob pena de nulidade,



ROBERTO CONSTRUTORA LTDA-EPP

CNPJ: 06.311.813/0001-89

INSC. EST. 12.511.345-5

determinando as tarefas e impondo condições excludentes de escolhas pessoais ou subjetivas.

O ato de desclassificar a proposta da recorrente, não é um ato derivado de escolha pessoal, mas de critérios determinados em lei. Pelo exposto não ficou demonstrado.

III- DA DETERMINAÇÃO DA LEI

A decisão do agente público em desclassificar a proposta por falta de memorial de cálculo, contraria o edital e a própria lei. Vejamos:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

Nesse mesmo sentido o edital afirma que :

9.5.Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

9.6.Serão desclassificadas as propostas que:

9.6.1.Contiverem vícios insanáveis;

9.6.2.Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

9.6.3.Apresentarem preços inexequíveis nos termos do § 4º, artigo 59, da Lei 14.133/2021, ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

9.6.4.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



ROBERTO CONSTRUTORA LTDA-EPP

CNPJ: 06.311.813/0001-89

INSC. EST. 12.511.345-5

9.6.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

A lei e o edital estão afirmando claramente que desclassificação de propostas só ocorrerá quando a proposta sofre de vício insanável. Mas ao contrário disso, o agente de contratações toma decisões infundadas para desclassificar a a proposta da recorrente.

O agente prioriza a formalidade exagerada em detrimento da vantajosidade, vejamos o que a lei diz a esse respeito:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...) omissis

III - o **desatendimento de exigências meramente formais** que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta **NÃO IMPORTARÁ SEU AFASTAMENTO DA LICITAÇÃO OU A INVALIDAÇÃO DO PROCESSO;**

O ordenamento jurídico adota o princípio do formalismo moderado, que consiste em ponderar os engessamentos formais rigorosíssimos da lei em favor da supremacia do interesse público.

Nesse sentido, a doutrina majoritária leciona que detalhes irrelevantes meramente formais possam ser supridos posteriormente. No caso em tela, não há nada no memorial de cálculo que possa prejudicar a proposta de preços a ponto de torna-la insuscetível de aproveitamento.

IV - DA VANTAJOSIDADE DA PROPOSTA



ROBERTO CONSTRUTORA LTDA-EPP

CNPJ: 06.311.813/0001-89

INSC. EST. 12.511.345-5

É imperioso destacar que a proposta da recorrente atende a todas exigências do edital, tanto formais quanto técnicos. Com a aceitação da proposta em voga, a Administração Pública atinge o objetivo previsto em lei no art. 11º da Lei 14133/2021 in verbis:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

O conceito de “mais vantajoso” não é sempre e necessariamente o de “mais barato”, conforme preceitua a doutrina, pois devemos entendê-lo à luz das exigências constitucionais de economicidade e eficiência.

Leciona Niebuhr (2006, p. 43), “a eficiência em licitações públicas gira em torno de três aspectos fundamentais: preços, qualidade e celeridade”. Os preços relacionam-se diretamente com a economicidade (menor custo) ligando esta à eficiência, a celeridade refere-se ao menor prazo possível entre a publicação do ato convocatório e o recebimento do objeto adquirido ou do serviço contratado e a qualidade, por seu turno, diz respeito a padrão de desempenho técnico esperado na execução dos serviços.

Portanto, a proposta coleciona todos os requisitos legais e doutrinários para seguir classificada para o certame, somados à isso, os vários contratos com essa municipalidade demonstram a expertise da empresa **recorrente** nesse tipo de execução.

A decisão proferida que desclassificou a RECORRENTE é carente de fundamento legal, editalício e jurisprudencial. Privilegia a formalidade em detrimento à vantajosidade, e o menor preço.



ROBERTO CONSTRUTORA LTDA-EPP

CNPJ: 06.311.813/0001-89

INSC. EST. 12.511.345-5

DOS PEDIDOS

Tecidos os comemorativos, é assim que se requer:

Que seja conhecido o presente recurso;

Que seja dado total provimento à presente medida;

Que seja declarado nulo o ato que desclassificou a recorrente;

Que seja reformada a decisão que desclassificou a proposta da empresa Roberto Construtora LTDA ;

Que a empresa Roberto Construtora LTDA seja declarada vencedora do certame;

Que sejam notificadas as demais licitantes para que querendo apresentem contrarrazões.

Centro Novo do Maranhão 08 de fevereiro de 2024

ROBERTO CONSTRUTORA LTDA – EPP

JOÃO ROBERTO DE JESUS LIMA

CPF: 983.258.503-10

Sócio - Administrador